



Assembleia Municipal

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 31 DE MARÇO DE 2009

Acta n.º 30

Ao trigésimo primeiro dia do mês de Março do ano de dois mil e nove, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:40 horas, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de vinte três de Março, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO PRIMEIRO: Aprovação da acta da sessão de 30/06/2008; -----

PONTO SEGUNDO: Apreciação e eventual tomada de posição sobre o Relatório de Avaliação da CPCJ durante o ano de 2008, nos termos da alínea i) do n.º 1 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO TERCEIRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da rectificação da publicação em Diário da República da Planta de Implantação do PP da Balaia; -----

PONTO QUARTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1ª revisão das Grandes Opções do Plano 2009/2012, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO QUINTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1ª revisão do Orçamento para 2009, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO SEXTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da AMAL, da Imputação aos Municípios das Despesas com Pessoal e dos Encargos de Endividamento; -----

PONTO SETIMO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da isenção do pagamento das tarifas municipais de ligação das edificações ao sistema de drenagem pública de águas residuais de Almeijoafra, freguesia de Paderne; -----

PONTO OITAVO: Apreciação e deliberação, sob proposta da bancada do PS, da isenção pagamento das taxas municipais no ano de 2009, nos domínios da publicidade e da ocupação da via pública, nos estabelecimentos comerciais, de restauração e bebidas, prestação de serviços e unidades hoteleiras; -----

PONTO NONO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, de alteração, mediante outorga de uma Adenda, à escritura pública de constituição de superfície a favor da Associação "Nuclegarve" - Núcleo dos Motoristas Terras do Algarve. -----

O Presidente da Assembleia convida a Membro Ana Pifaro para secretariar a sessão

em substituição da Segundo Secretário Maria Eugénia Baptista. -----
 O Primeiro-Secretário faz a chamada: -----

PRESENCAS: -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Vítor José Cabrita Neto, Francisco João Magalhães Calhau, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Fernando Vieira Vitória Cabrita, José Manuel Bota Sequeira, Mafalda Santos Reis, Ana Cristina Barreto da Assunção Patrício, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Aníbal Afonso de Sousa, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Manuel José Guerreiro Gonçalves, Fernando Cabrita Neves, Nelson António de Melo, Vítor José Correia Maria Vieira, Sílvia Duarte Correia da Rosa, Pedro Manuel Trovão Ferro, José Manuel Guerreiro Vila Nova, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífar, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, os Presidentes das Juntas de Freguesia, de Albufeira, Hélder Manuel Rodrigues Sousa, de Ferreiras, Fernando Manuel de Sousa Gregório, de Olhos d'Água, Berto José Rita Palma, de Paderne, Francisco Manuel Fernandes Guerreiro e o Tesoureiro da Junta de Freguesia da Guia, João Duarte Heitor dos Santos. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara, dos Vereadores em regime de permanência, José Rolo e Carlos Quintino, e em regime de não permanência, o Vereador Fernando Anastácio. -----

FALTAS: Carlos Duarte Vieira Gabriel, Francelina da Luz Rodrigues Lourenço, Francisco José Pereira Oliveira, Maria Eugénia Xufre Baptista. -----

SUBSTITUIÇÕES: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, Carlos Gabriel, Ana Luísa Sousa Simões (membro suplente), Maria Perpétua das Neves Silva Felgueiras Ramos (membro suplente), João Alexandre Sequeira Jorge Silva (membro suplente), Margarida Maria Coelho Santos Silva (membro suplente), Helder Guerreiro Pescada (membro suplente), Zara Araci Lourenço de Sousa Cardoso (membro suplente), Célia Maria Alambre Rodrigues Sustelo (membro suplente), Fernando Jorge Gomes Azinheiro (membro suplente), Francelina Lourenço, Ana Cristina dos Santos Vieira (membro suplente), David Martins (membro suplente), Ruben Thiago Ferrara Romão Barulho (membro suplente), Francisco Oliveira, Euridice Eugénia Mendes Vieira (membro suplente), Maria Eugénia Baptista, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, os membros, Mafalda Santos Reis, Aníbal Afonso de Sousa, Nelson António de Melo, José Manuel Guerreiro Vila Nova. -----

Havendo quórum (**vinte e seis presenças**), o Presidente da Assembleia inicia a sessão com o período de destinado ao público. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Carlos Ventura - Boa noite Sr. Presidente, Sr. Presidente de Câmara. Boa noite Assembleia, Srs. Deputados e Vereadores. Se há aqui alguém que não sabe o meu problema, há pouco disseram-me que tinha de pedir favor. Eu não tenho de pedir favor, eu simplesmente exijo um direito que me foi concedido, que é a Lei do nosso País. Ninguém me calará, nem que vá para a prisão. Por vezes, quando estou enervado, a

forma de me exprimir talvez não seja a melhor, mas não é para ofender. Na última vez que estive nesta Assembleia, nas Ferreiras, houve um Senhor que me olhou de revês, eu não quero dizer quem é porque não quero nada com esse Senhor. Eu penso que temos direito à palavra, temos direito à nossa expressão, temos direito a ser respeitados e a respeitar, temos deveres e compromissos. Eu vou dizer o que se passou comigo, caso esteja aqui alguém que não o saiba, é o seguinte: retiraram-me terreno do meu lado para favorecer um Vereador da Câmara nesse tempo. Quem apareceu no meu terreno para averiguação foi o Sr. Presidente, que nesse tempo era Vereador, e disse que não podia fazer nada. Eu não peço nada, eu não peço para fazer o lancil porque o lancil está no meu terreno. O que eu peço é o seguinte, o terreno que foi ocupado ilegalmente, façam o muro onde deve ser feito, na parte da frente onde o Vereador tem uma fila de casas e tem um restaurante. A miséria que está nesses países, do Paris-Dakar, somos nós os culpados. E eu pergunto Sr. Presidente, o que é que o Senhor faz para essas situações? Um responsável de Albufeira, tem de analisar estas situações. Há tempos vieram aqui pessoas e disseram o seguinte: as águas têm de ser divididas! Pois isso, o Vereador responsável tem de o fazer. Eu sou alguém que tem respeito pela natureza. O Bispo da França dormia com pessoas que dormiam na rua. Vocês, eu respeito-os como tal, mas o que me fizeram não se faz, é uma pouca vergonha, e o problema é que o que me fizeram a mim fazem a muitas pessoas. Tenho respeito pelo Che Guevara, tenho respeito por pessoas desse calibre. Há poucos dias telefonei para a Câmara, para a Brígida, pessoa que tenho apreço e o Dr. Rolo, que realmente, são pessoas que se pode falar com eles. Eu perguntei se haveria possibilidade de falar com o Sr. Presidente. Perguntei aqui numa reunião se poderia por o nome de uma praça, Aristides Sousa Mendes, em memória e respeito. A memória só se deve fazer se a deixar na vida. Um homem que sofreu, teve a dignidade de fazer o que fez, que viveu e morreu na miséria. É por essas pessoas que eu tenho respeito. E estou aqui, sou o que sou e devo muito a essas pessoas, devo muito ao espírito da França. Eu proponho aqui ao Sr. Presidente, porque não um monumento na Praia dos Pescadores, em que tenha setenta e oito metros, com vários andares. Para se ver daqui a algum tempo, a quantos metros isto pode ficar. Será que não se podia retirar verbas de outros lados para fazer monumentos com outros nomes, em nome das crianças que morrem assassinadas por diversos motivos?! Eu não me calarei, não tenho medo das pessoas que me olham de lado, que não vou dizer o nome, esse Senhor se quiser vá lá à minha casa ver o que me fizeram, não fizeram lancil. Eu não me importo que me dêem cumprimentos ou não. A minha asneira foi ter vindo da França para aqui. Se fosse aos Senhores que fizessem o que me fizeram, para beneficiar um ex-Vereador. Isto é democracia? Eu nunca me calarei, tentarei não ofender ninguém. Disseram-me há bocado para pedir ao Sr. Presidente da Assembleia, por favor, eu não peço por favor. Eu peço é o seguinte: "Por favor, o que é que vocês pensam em fazer comigo?" Quero que ponham a estrada direita. Tiraram-me terreno. O Sr. Presidente pediu para eu dar o que eu tinha e eu dei, nesta mesa. Dizem-me que não devo falar assim, eu falo como entender e me pertence, na medida que não ultrapasse os limites. Quando terminar, vou-me embora porque eu já sei que o Sr. Presidente nunca me dá resposta. Tenho a razão de falar, tenho o direito e dever de falar e ninguém me cala. Eu tento não faltar

ao respeito às pessoas, mas também exijo respeito na minha parte. Com licença, vou-me embora, boa noite. -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia passa a palavra ao Primeiro-Secretário para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA, onde menciona a resposta à intervenção feita pelo Sr. Firmino na sessão de Assembleia de Ferreiras em relação à colocação de contador de água. O Sr. Vereador Carlos Quintino explica que realmente se passou, *"Foi feito um pedido ao Sr. Firmino para que entregasse a autorização por parte de um proprietário seu vizinho, para que a tubagem passasse no terreno desse proprietário e até hoje não foi entregue. Portanto, depois de várias insistências por carta, que se anexou, o processo está na mesma porque falta a entrega desse documento."* -----

De seguida o Primeiro-Secretário inicia o Período da Ordem do Dia. -----

ORDEM DO DIA PONTO PRIMEIRO

Aprovação da acta da sessão de 30/06/2008; -----

Primeiro-Secretário - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Entretanto, o Presidente da Assembleia regressa à sala. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (05) Mafalda Reis, Miguel Mesquita, Aníbal Sousa, Nelson Melo e Berto Palma. -----

Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, José Vila Nova, Ana Pífar, Hélder Sousa, João Santos, Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Francisco Guerreiro e Fernando Neves. -----

Ausências: zero (00) -----

A acta foi aprovada por maioria -----

PONTO SEGUNDO

Apreciação e eventual tomada de posição sobre o Relatório de Avaliação da CPCJ durante o ano de 2008, nos termos da alínea i) do n.º 1 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia -É uma obrigação legal que a CPCJ nos envie este relatório anual. Estive a lê-lo e fiz uma proposta deliberativa e que passo a ler (doc.1). -----

(doc 1)

4.


Face ao **Relatório de Avaliação da CPCJ durante o ano de 2008**, verifica – se que a CPCJ tem um número de processos considerável, com 141 transitados de 2007 para 2008, instaurados 142 em 2008, com 77 processos reabertos em 2008, arquivados liminarmente 13 e arquivados 212 neste período.

São números significativos que denotam dinâmica na CPCJ.

Os quadros que compõem o Relatório são bastante elucidativos, sendo certo que o Relatório de Actividades foi aprovado por unanimidade pela Comissão Alargada.

Sem serem alarmantes os números do Relatório, na verdade, são números a ter em conta, dado que se trata de questões relativas a menores, pois que basta haver um caso de um jovem em perigo, para que não possa existir indiferença das autoridades públicas. Situações como os maus tratos físicos ou psicológicos, negligência nos cuidados, o abandono escolar, ou a prática de crimes, são situações que têm de ser combatidas uma a uma, com uma complexidade de entidades a intervir, com um sentido humanitário, de igualdade e justiça que é devido a todo e a qualquer menor, e com um sentido de obrigação legal, pois que além de toda a legislação ordinária, esta matérias assumem dignidade constitucional, no que se refere por exemplo à integridade física e moral das pessoas e que é inviolável, ou o direito à liberdade e segurança que é de todos, sendo certo que os menores, dada a sua condição e fragilidade, dependem de terceiros e não têm mecanismos próprios de defesa para assegurar os seus direitos.

Assim e com uma nota de apoio aos esforços desenvolvidos pela CPCJ proponho que a Assembleia delibere tomar conhecimento do Relatório de Avaliação da CPCJ durante o ano de 2008.

O Presidente da Assembleia Municipal
 (31-III-2009)

De seguida passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----
Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----
 Votos Contra: zero (00) -----
 Abstenções: zero (00) -----
 Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Mafalda Reis, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, José Vila Nova, Ana Pífar, Hélder Sousa, João Santos, Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Aníbal Sousa, Nelson Melo Pedro Ferro, Ricardo Silva, Francisco Guerreiro, Berto Palma, Fernando Gregório e Fernando Neves. -----
 Ausências: zero (00) -----
A proposta foi aprovada por unanimidade -----

PONTO TERCEIRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da rectificação da publicação em Diário da República da Planta de Implantação do PP da Balaia; -----
Presidente da Assembleia - Em relação a este ponto, fui ver a Lei invocada e, de facto, parece-me que isto é mesmo do foro da Assembleia. Sobre esta matéria fiz uma proposta que tem a ver com o seguinte e sintetizando o ponto: há uma deliberação da Assembleia Municipal que aprova esta planta, só que entre o original que foi aprovado nesta Assembleia e aquilo que foi publicado existem discrepâncias; questões de natureza técnica, que não terão sido completamente bem postas, digamos, no suporte informático que terá ido para publicação no Diário da República. Eu penso que os erros materiais corrigem-se oficiosamente mas, a Lei não diz assim, diz que tem de vir à Assembleia. Então fiz uma proposta, uma coisa simples, que é: -----

----- Tendo em atenção a informação do Sr. Presidente da Câmara que nos diz a necessidade de deliberação desta Assembleia tem a ver com *"o fornecimento, por parte da equipa técnica responsável pela elaboração do Plano de Pormenor em causa, de uma Planta de implantação em formato digital diferente da aprovada por essa Digníssima Assembleia e que, dada a tramitação electrónica dos procedimentos de publicação em Diário da República, foi utilizada para esse fim"*. De facto, à primeira vista, nem seria necessária a intervenção desta Assembleia, dado que os erros corrigem-se logo que detectados. -----

----- O que está em causa é que, não foi publicada a deliberação como nós a aprovámos por lapso. -----

----- Temos de facto de nos pronunciarmos, atento o disposto no n.º5 do art.97º-A do D.L. 46/2009 de 20 de Fevereiro que passo a ler: *"São admissíveis a todo o tempo, mediante declaração da respectiva entidade emitente, rectificações aos instrumentos de gestão territorial objecto de publicação na 2ª série do Diário da República, nos casos previstos no número anterior"*. -----

----- Ora, os casos previstos no número anterior, o que nos interessa é a alínea b) que diz: *"Correcção de erros materiais provenientes de divergências entre o acto original e o acto efectivamente publicado na 1ª série do Diário da República."*. -----

----- Tendo em atenção o supra exposto, proponho que se delibere declarar, tendo em atenção a deliberação da Câmara Municipal de Albufeira de 03/03/2009, o teor da informação da Divisão de Planeamento/DPP de 22-01-2009 e o ofício do Senhor Presidente da Câmara de

12-03-2009, que se rectifique por republicação, a planta de Implantação do plano de Pormenor da Balaia, tal como foi aprovada por esta Assembleia Municipal, na 2ª série do Diário da República. -----

É a proposta que eu faço. Coloco o ponto e a proposta à discussão da Assembleia. -----
Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: PROPOSTA DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Fernando Neves -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Mafalda Reis, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, José Vila Nova, Ana Pífar, Hélder Sousa, João Santos, Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Aníbal Sousa, Nelson Melo Pedro Ferro, Ricardo Silva, Francisco Guerreiro, Berto Palma e Fernando Gregório. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por maioria -----

Presidente da Assembleia - Proponho que se juntem os dois pontos no debate e que a votação seja em separado. -----

PONTO QUARTO e QUINTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1ª revisão das Grandes Opções do Plano 2009/2012, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1ª revisão do Orçamento para 2009, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta os dois pontos e passa a palavra aos Membros. -
Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: 1ª REVISÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2009/2012 -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: oito (08) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Aníbal Sousa, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Fernando Gregório e Fernando Neves -----

Votos a favor: dezoito (18) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Mafalda Reis, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, José Vila Nova, Ana Pífar, Hélder Sousa, João Santos, Nelson Melo, Francisco Guerreiro e Berto Palma. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por maioria -----

VOTAÇÃO: 1ª REVISÃO DO ORÇAMENTO PARA 2009 -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: oito (08) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Aníbal Sousa, Pedro

Ferro, Ricardo Silva, Fernando Gregório e Fernando Neves -----
 Votos a favor: dezoito (18) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Mafalda Reis, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, José Vila Nova, Ana Pífar, Hélder Sousa, João Santos, Nelson Melo, Francisco Guerreiro e Berto Palma. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por maioria -----

PONTO SEXTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da AMAL, da Imputação aos Municípios das Despesas com Pessoal e dos Encargos de Endividamento; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Fernando Neves -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Mafalda Reis, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, José Vila Nova, Ana Pífar, Hélder Sousa, João Santos, Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Aníbal Sousa, Nelson Melo Pedro Ferro, Ricardo Silva, Francisco Guerreiro, Berto Palma e Fernando Gregório. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por maioria -----

PONTO SETIMO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da isenção do pagamento das tarifas municipais de ligação das edificações ao sistema de drenagem pública de águas residuais de Almeijofras, freguesia de Paderne; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Mafalda Reis, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, José Vila Nova, Ana Pífar, Hélder Sousa, João Santos, Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Aníbal Sousa, Nelson Melo Pedro Ferro, Ricardo Silva, Francisco Guerreiro, Berto Palma, Fernando Gregório e Fernando Neves. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por unanimidade -----

Pedro Ferro - A proposta vem no seguimento da proposta já apresentada e aprovada e do conhecimento da situação, sendo que esta abrange essencialmente as pequenas empresas do concelho e é conhecida a situação que afecta as pequenas empresas e a importância desta malha, das pequenas empresas, na estrutura social do concelho. Também vem chamar a atenção ao Presidente da República para as pequenas empresas. Todos temos conhecimento do problema. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: PROPOSTA DO PS -----

Votos a favor: dez (10) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Aníbal Sousa, Nelson Melo, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Francisco Guerreiro, Berto Palma e Fernando Gregório -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos Contra: dezasseis (16) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Mafalda Reis, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, José Vila Nova, Ana Pífar, Hélder Sousa, João Santos e Fernando Neves -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi reprovada -----

PONTO NONO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, de alteração, mediante outorga de uma Adenda, à escritura pública de constituição de superfície a favor da Associação "Nuclegarve" - Núcleo dos Motoristas Terras do Algarve. -----

Presidente da Assembleia - Eu, sobre este ponto tenho uma proposta que passo a apresentar. -----

----- Em relação à proposta ora apresentada pela Câmara Municipal de revogar a cláusula quinta do contrato de constituição do direito de superfície que diz que, *"A superficiária será responsável pela totalidade das despesas inerentes à construção do equipamento em causa, designadamente, encargos com materiais e mão-de-obra, assim como os decorrentes da manutenção e gestão do funcionamento daquelas instalações, mobiliário, meios humanos e prestação dos serviços que lhe estão confinados."* -----

----- Uma vez que tal inibiria a Câmara Municipal de conceder participações financeiras à Nuclegarve, tendentes a subsidiar a concretização do projecto, salvo o devido respeito, não faz sentido. -----

----- De facto a responsabilidade pela totalidade da despesa inerente à construção do equipamento em causa, tem necessariamente que ser da Nuclegarve. -----

----- Contudo, essa cláusula em nada inibe que a Nuclegarve possa ter como receitas participações financeiras do Município de Albufeira. -----

----- Não devemos confundir receitas com despesas. -----

----- O Município de Albufeira, face à cláusula quinta, pode sempre efectuar participações financeiras à Nuclegarve, mas é a esta que compete sempre, efectuar os pagamentos aos seus fornecedores. -----

----- Assim, em relação ao contrato de constituição do direito de superfície de 05-Março-2008, proponho que se delibere: -----

1. Manter a cláusula quinta do referido contrato e consequentemente reprovando a actual proposta da Câmara; -----
2. Que em termos interpretativos se delibere que, ao dispor a cláusula quinta que *“a superficiária será responsável pela totalidade das despesas inerentes à construção do equipamento em causa, designadamente, encargos com materiais de mão-de-obra, assim como os decorrentes da manutenção e gestão do funcionamento daquelas instalações, mobiliário, meios humanos e prestação dos serviços que lhe estão confinados”*, tal não tem qualquer impedimento a que, parte das suas receitas possam ser provenientes do Município de Albufeira, o qual não fica inibido, muito pelo contrário, de poder contribuir com quantias para ajudar esta respeitável Associação a concretizar o projecto em causa, que se declara de interesse público. -----

O Presidente da Assembleia coloca o ponto e a proposta, à discussão dos Membros. ---
Presidente da Assembleia - Eu, defendendo a proposta, ela é simplesmente a constatação de, haver alguma dúvida, e eu penso que não há dúvidas, em relação à cláusula quinta. Se a cláusula quinta diz que à superficiária compete efectuar as despesas, de facto nem outra coisa faria sentido. e está aqui na cláusula em que se cede o direito de superfície. Agora esse facto, o facto da superficiária dever e ter a obrigação de proceder à construção, não impede que o Município, reputado aquilo como equipamento de interesse público, aliás se não fosse assim nem teria feito a cedência do terreno, nada impede o Município de aqui ou ali, quando bem entenda, de compartilhar para que esta associação possa levar a cabo o seu objectivo, que é de interesse público. Tal e qual como o Município também dá participações a outras associações para desenvolver aquilo que considera que é de interesse público. Portanto, eu entendo que a cláusula deve ficar, porque se não também não fazia sentido ter sido feita a cedência. Este é o meu entendimento sobre a matéria. Não faz sentido, esta proposta da Câmara, salvo o devido respeito por opinião diversa, de vir a revogar esta cláusula. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: PROPOSTA DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: oito (08) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Aníbal Sousa, Nelson Melo, Pedro Ferro, Ricardo Silva e Fernando Gregório. -----

Votos a favor: dezassete (17) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Mafalda Reis, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, José Vila Nova, Ana Pífar, Hélder Sousa, João Santos, Berto Palma e Fernando Neves. -----

Ausências: uma (01) Francisco Guerreiro -----

A proposta foi aprovada por maioria dos presentes -----

Antes de encerrar a sessão, foi aprovada, por unanimidade dos presentes, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Primeiro Secretário da Assembleia

deu por encerrada a sessão, cerca das 22:35 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 01 de Abril de 2009 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

